

EDITORIAL

Essencial é enterrar os mortos: os cadáveres insepultos e o vampirismo da esquerda diante do passado

Vitor Bartoletti Sartori*

A presente edição vincula-se à futura republicação de *A miséria brasileira*, de J. Chasin. A opção da *Verinotio* de dar seguimento ao projeto de disponibilização das obras completas do filósofo paulista se explica pela busca por, simultaneamente, viabilizar a consulta a textos fundamentais para sua própria época e intervir ativamente no debate das ideias do presente.

Por essa razão, a retomada de teorizações de Chasin, clássicas – acreditamos – para o marxismo nacional, não configura uma atitude laudatória ao pensamento do autor de *O futuro ausente*, mas o destaque de possíveis pontos de partida para a compreensão das determinações da especificidade do capitalismo brasileiro. Em palavras distintas e explicitando as consequências de nosso raciocínio: ao mesmo tempo em que a simples transposição das posições chasinianas para o presente é inviável e anacrônica, devido às transformações que ocorreram no sistema capitalista de produção (com as consequentes mudanças na circulação, distribuição etc.) e em nosso capitalismo de via colonial, ignorar ou silenciar sobre o filósofo paulista deixa aberta uma grande oportunidade para a reiteração dos descaminhos da esquerda, em particular do marxismo tupiniquim.

Um tema primordial para a obra chasiniana é a derrota das revoluções que,

* Mestre em história social pela PUC-SP, doutor em filosofia e teoria geral do direito pela USP, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: vitorbsartori@gmail.com. Orcid: 0000-0001-9570-9968.

grosso modo, deram a tônica da história de 1848 até 1989. Assim, retrospectivamente, é imprescindível constatar que esses acontecimentos conformam o que havia de mais grandioso do passado; eles também foram dotados de um papel formativo vital para as gerações progressas de intelectuais e de militantes socialistas. Contudo, como até mesmo os mais limitados marxistas sabem, uma revolução dos tempos atuais – independentemente de sua conformação concreta e de suas determinações – não pode retirar sua poesia do passado. Por conseguinte, o futuro da esquerda também depende de seu acerto de contas com os eventos e com as teorizações pretéritas. Assim, a impossibilidade de não exime – pelo contrário – a esquerda de uma investigação criteriosa sobre as razões das derrotas das lutas da classe trabalhadora e, particularmente, das lutas socialistas. Ademais, tal estudo não nos desobriga de apreender a diferença específica entre as distintas épocas, dessemelhança que torna inviável quaisquer transposições do passado ao tempo presente.

A investigação do passado revolucionário constitui parte do entendimento necessário de nosso tempo, até o presente momento, efetivamente contrarrevolucionário. E, assim, o cardápio de estudos imprescindíveis é vasto e poderia incluir, para que mencionemos somente acontecimentos mundiais: a retomada das derrotas de 1848 nos países europeus (e não só na França); os estudos sobre revoltas agrárias da mesma época em países como a Polônia; a análise crítica, e não a celebração apoteótica, da Comuna de Paris e da Internacional Comunista; o entendimento – *post festum* – sobre os limites da Revolução Russa e da interessantíssima década de 1920; a compreensão sobre a década de 1930, a derrota do movimento comunista, a ascensão do nazifascismo e da miséria ideológica irracionalista a ele relacionado; a percepção sobre a degeneração da revolução soviética sob Stálin e sob o stalinismo e a emergência da guerra fria; o reconhecimento da crise do marxismo como ideologia de massas já no último quarto do século XX, dentre muitos outros temas. Mencionamos esses eventos vitais porque, depois que um tempo tem seu termo, é factível olhar para o passado sem as ilusões que lhe eram características e, assim, torna-se uma tarefa indispensável identificar os mortos e os enterrar de modo próprio, com as devidas honras – e críticas. Por conseguinte, como temos tentado salientar, a mirada para o passado é também parte da necessária retomada da perspectiva e da posição de esquerda.

O olhar retrospectivo deve, entretanto, investigar sobretudo as (auto)ilusões e

as limitações subjetivas e objetivas que levaram às derrotas da esquerda, sem qualquer romantismo. Dotada do realismo daqueles que reconhecem tanto a própria miséria teórica e prática quanto a urgência da apreensão das contradições do presente, é primordial tomar uma posição declaradamente socialista após derrotas duras, que tornaram o capitalismo o horizonte atual. Queremos, então, como herdeiros de Chasin que somos, reiterar desde logo nossa profunda convicção acerca da necessidade e da possibilidade histórica da revolução social, posição a partir da qual são feitas as críticas a seguir.

Se seguirmos as posições defendidas por Marx já na década de 1840, a perda das ilusões é a maior vitória que um movimento de massas pode angariar depois de seus revezes. Em seu *Lutas de classes na França*, o autor foi muito claro ao tratar das Jornadas de Junho. Para ele, a revolução estava morta. Ela havia sido derrotada. No entanto, o fruto de tal evento não estava consubstanciado somente no retrocesso do movimento dos trabalhadores, mas na abertura dos horizontes decorrente da perda das ilusões. Nesse sentido, o autor conclamou com todas as letras: “a revolução morreu! Viva a revolução!” O próprio Marx, portanto, foi obrigado a reconhecer de modo claro a derrota da classe trabalhadora na sua primeira aparição revolucionária na cena pública. Mais do que isso, identificar os revezes sofridos pela classe trabalhadora foi condição *sine qua non* para o desenvolvimento da prática e da teoria marxianas. Por conseguinte, na obra do autor, bem como na de Engels, havia uma incontornável unidade entre a análise conjuntural, a teorização sobre as lutas de classes e a política, sobre as limitações do estado e do direito e, em primeiro e principal lugar, sobre a crítica da economia política. A tão aclamada correlação entre teoria e prática teve por base a mencionada vinculação.

Da mesma forma, na primeira geração de marxistas do movimento comunista – aquela de Lênin e Rosa Luxemburgo –, mesmo com nuances distintas, a mesma unidade de teoria e prática também dá a tônica. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e *Acumulação de capital* são grandes obras, indissociáveis tanto dos textos de intervenção dos autores (como *Que fazer?* e *Reforma ou revolução?*) quanto da atividade política dos melhores militantes de uma geração. Ainda sobre o caráter primordial da crítica da economia política, podemos destacar em uma geração mais recente de marxistas, aquela posterior à II Guerra Mundial, obras como *Capital monopolista* e *Capitalismo tardio*, respectivamente de Paul A. Baran e Paul Sweezy e de Ernst Mandel, são vitais. Nesses casos, porém, a unidade entre a atividade prática

da política e a teorização das categorias econômicas da sociedade capitalista estava marcada por muitos matizes suplementares, se comparada com a geração de Lênin e de Rosa. Não buscamos elencar todos os grandes marxistas do passado, contudo, a simples amostragem que mencionamos acima é suficiente para expressar o quanto o movimento comunista foi profícuo no que diz respeito ao desenvolvimento de uma crítica da economia política que fundamentasse as posições políticas de seu tempo. A grandeza da produção teórica mencionada também chama a atenção, principalmente, ao adotarmos a perspectiva contemporânea do marxismo.

A tradição marxista tem nesses autores verdadeiros clássicos da crítica da economia política. Trata-se de gigantes cujos ombros dão apoio às gerações seguintes. Porém, pelo que dissemos, a unidade da teorização desses autores com o movimento comunista não resultou no triunfo das revoluções que vão de 1848 a 1989. Antes, a vinculação do proletariado revolucionário – segundo Engels, herdeiro da filosofia clássica alemã – com a intelectualidade comunista redundou tanto em acontecimentos grandiosos quanto no dolorido fracasso do movimento de massas que deu a tônica da esquerda até pouco tempo.

Os séculos XIX e XX foram aqueles em que o aviltamento da força de trabalho – e, em específico, daquela pertencente ao proletariado da grande indústria – trazia como potencialidade a superação do capitalismo. Ou seja, cada crise do capitalismo portava em seu ventre a possibilidade de emergência do novo, de modo que – ao menos assim se pensava – o socialismo era uma possibilidade concreta. Em outras palavras, a potência do movimento comunista fundamentou-se no fato de a própria sociedade capitalista propiciar a emergência de uma classe social interessada na mudança substancial do modo de produção. Tal movimento também se apoiou na circunstância de as crises capitalistas expressarem tanto o anacronismo da apropriação privada da produção quanto o surgimento de formas de produção que eventualmente poderiam ter por base a confluência entre o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção assentadas na organização dos trabalhadores livremente associados. Hoje, porém, talvez vivamos em uma época distinta, em que as crises não engendram de imediato tais potências, mas a reposição, em escala ampliada, dos pressupostos do próprio capital. Por essa razão, em oposição ao passado revolucionário da esquerda, Chasin denomina sua época – o que, entendemos, é perfeitamente adequada também para o presente momento – de *tempo das crises*, a época em que, momentaneamente, as contradições no sistema capitalista de produção

deixaram de dar ensejo ao socialismo como possibilidade concreta. Nesse sentido, há mudanças substanciais, que precisam ser reconhecidas.

Tal posicionamento chasiniano lança luz sobre um fato que deveria ser evidente. A esquerda, nós inclusos, ainda tiramos a poesia do passado. Ademais, não é raro que tentemos realizar o exercício pueril de buscar aquilo que poderia ter sido e que não foi no passado revolucionário, em especial o soviético. Somos herdeiros de grandes homens e mulheres, bem como de um movimento ligado a acontecimentos revolucionários sem igual. Contudo, vivemos sob a sombra de um passado que se foi e de revolucionários cujo ímpeto autocrítico nos é escasso. O movimento comunista do passado era profícuo na busca por programas econômicos, por mais problemáticos que eles tenham sido. Nós, por outro lado, ainda nem sequer conseguimos apreender as razões que consignaram a falência daquilo que foi entendido como economia socialista. Ou seja, vivemos no presente tanto eclipsados pela grandiosidade dos revolucionários do passado quanto pelos problemas das formulações teóricas e de suas práticas, as quais, como sabemos, mesmo que de modo sinuoso, redundaram em derrotas estarrecedoras, ainda não digeridas adequadamente por nós. A única vantagem dos revezes é que eles poderiam propiciar a potencial perda das ilusões, mas, infelizmente, não são raros entre nós os que nutrimos a ficção segundo a qual é possível simplesmente retomar os tempos áureos do marxismo e do movimento comunista.

Não se trata de reviver fatos e lutas derrotadas, mas de analisar as condições que levaram à derrota histórica da perspectiva do trabalho. De um lado, isso implica realizar uma crítica da economia política voltada à figura atual do capitalismo contemporâneo e, bem assim, buscar formas de organização correspondentes a tal investigação e que possam dar ensejo a uma adequada atividade (meta)política. De outro, reconhecer as insuficiências presentes mesmo nos melhores homens e mulheres que balizam nossas reflexões teóricas e que, inegavelmente, fizeram parte da falência do projeto socialista do século XX. Por todas essas razões, retirar a poesia do futuro significa destituir as ilusões do passado e apreender as determinações das relações de produção do presente de modo rigoroso para, então, poder transformá-las de acordo com as suas potencialidades latentes.

Tal contatação é, no entanto, quase uma tautologia. Em verdade, ela depende de condições práticas e teóricas, as quais sempre conformam o essencial da questão. Acerca do assunto, primeiramente, é visível que – já nas décadas de 1980 a 2000, mas ainda mais hoje – o marxismo e a esquerda como tal são meras sombras do que já foram.

A estatura de Lênin, Rosa, Baran, Sweezy e Mandel é incomparável com a dos envolvidos com a crítica da economia política de hoje. Correlacionadamente, adite-se a pobreza de horizontes da esquerda contemporânea, a qual, no que é fundamental, oscila entre procurar enterrar qualquer perspectiva emancipatória e buscar preservar as ilusões do passado. Ou seja, o que é crucial a ser entendido parece nos escapar. Reafirmar os princípios basilares do marxismo pode ser fundamental, mas seria demasiadamente nominalista acreditar que basta a enunciação de categorias fundantes da crítica à economia política para que o marxismo e a perspectiva de esquerda novamente se encontrem sobre os próprios pés. Ironicamente, o marxismo corre o risco de buscar, com Austin e pensadores dos mais idealistas possíveis, “fazer coisas com palavras”.

Certamente, podemos enumerar grandes autores em tempos recentes, como R. Kurz e I. Mészáros, por exemplo. No entanto, é visível em suas teorizações certa pressa em oferecer respostas à nova situação do sistema capitalista de produção. Ambos, por vezes, caem em raciocínios catastrofistas, em que, por exemplo, no autor de *Para além do capital*, a chamada “crise estrutural do capital” faz crer num capitalismo em estado terminal. A coragem de ambos os autores é admirável, já que reafirmam reiteradamente a necessidade de supressão do valor, do capital e do estado. Mas, em suas obras, é escasso o uso de estatísticas e de análises concretas e há disposições afetivas extremas: de um lado, certo pessimismo incondicional de Kurz e dos membros do grupo *Krisis* e, de outro, certo *wishfull thinking* de Mészáros, que não deixou de render elogios acrílicos ao chamado “socialismo de século XXI”, da Venezuela chavista. Ou seja, Kurz reconhece a derrota da esquerda, mas acaba quase enterrando a perspectiva da esquerda junto com os mortos de ontem; sob outro enfoque, são notáveis as dificuldades do autor húngaro de identificar que, ao fim, a esquerda de nosso tempo, para que se diga com Chasin, está morta e vaga como um cadáver insepulto.

Ainda seria possível elencar os herdeiros da tradição teórica de Sweezy e Baran como importantes para o marxismo contemporâneo. John Bellamy Foster e Fred Magdoff, ao contrário de Mészáros e Kurz, são pródigos no tratamento de situações

concretas da economia capitalista. Porém, tal qual seus ascendentes intelectuais, tendem a utilizar uma terminologia keynesiana em momentos decisivos da apreensão das determinações da realidade. As difíceis análises da realização do mais-valor dão lugar à tematização sobre a demanda efetiva, por exemplo e, assim, a desenvoltura empírica dos autores ligados à *Monthly Review* convive com certa aproximação somente tangencial com os grandes temas de Mészáros e de Kurz, como a teoria do valor, a supressão do estado e da relação-capital. Ou seja, não é porque se apontam elementos importantes do capitalismo contemporâneo que a figura atual desse modo de produção foi realmente compreendida.

Não obstante os inúmeros méritos de importantes marxistas da atualidade, trata-se de uma teorização típica de um tempo circunscrito por um *futuro ausente*. É imprescindível que isso seja reconhecido de pronto. Trata-se do *tempo das crises*, inclusive, da crise da própria esquerda.

Seguramente, poderíamos elencar muitos outros importantes autores marxistas contemporâneos, e não é possível descartar de antemão os ganhos de suas investigações. Porém, o *tempo das crises* não tem permitido que haja um efetivo entrelaçamento entre a crítica da economia política e o desenvolvimento de um projeto econômico e político socialista. Na ausência de um sujeito social interessado na mudança substantiva da produção social, e na medida em que se oscila entre a pressa na apreensão da novidade do estágio atual do desenvolvimento capitalista e o recurso a um passado que não nos serve mais, o marxismo e a esquerda em geral estão em uma posição defensiva inédita em sua história.

É verdade que, enquanto o capitalismo perdurar, a perspectiva da esquerda subsiste e a imprescindibilidade de uma posição socialista é igualmente atual. Contudo, uma condição para que a esquerda possa voltar a ser uma força real é o reconhecimento de sua derrota e de sua morte, até mesmo porque tal reconhecimento possibilita a renúncia a reescrever em forma de pastiche a prosa do passado. Se as teorizações pretéritas não se prestam mais a se apoderar das massas e se os marxismos mais contemporâneos (o nosso e o de Chasin inclusos, por óbvio) são insuficientes, identificar tal circunstância é um passo somente inicial, mas indispensável.

Até agora, apontamos que o futuro está ausente e evidenciamos a imprescindibilidade do reconhecimento, de nossa parte, de que, ao fim e ao cabo, a esquerda está morta. Assim, ainda não nos posicionamos propriamente sobre nosso país e a miséria brasileira, o que constitui tarefa basilar para aqueles educados em uma tradição que se recusa a subsumir as formações sociais específicas às determinações mais universais de um determinado modo de produção. Em outros termos, deve-se apreender a posição do Brasil no *tempo das crises*, quando a esquerda está morta e, para isso, é crucial captar alguns elementos basilares da conformação atual da miséria brasileira.

Nesse sentido, um elemento vital para a tese da via colonial para o capitalismo é ser o capitalismo brasileiro. não só incompleto, mas *incompletável*. Nesse sentido, Chasin destacou n' *A miséria brasileira* que, se o capitalismo tardio alemão pode desenvolver-se plenamente por meio da brutalidade militar imperialista, o capitalismo tupiniquim, híper-tardio, subordina-se tanto às potências imperialistas de via clássica quanto às potências de via prussiana, o que determina sua atrofia. A consequência de tal raciocínio é que, na via colonial para o capitalismo, a burguesia nacional possui tanto atributos essencialmente antidemocráticos e antipopulares quanto um ímpeto prático subserviente diante dos imperativos da reprodução do capital transnacional, da qual mendiga migalhas. E, por essas razões, o capitalismo verdadeiro, amparado no ciclo completo da industrialização, no incremento de forças produtivas e na formação de um robusto mercado interno, é inviável no Brasil.

Uma problemática essencial sobre o tema gira em torno da persistência da via colonial, ou de seu eventual encerramento, como chegou a indicar Chasin em alguns de seus textos tardios. As seguintes questões se colocam na ordem do dia: a inserção do Brasil no mercado mundial a partir dos governos FHC seria uma determinação que tornaria anacrônica a noção de via colonial? Depois dos governos do PT e hoje, qual a posição da esquerda nacional diante do capitalismo do *tempo das crises*?

Com o objetivo de responder a tais questões, e na esteira do que já foi lembrado neste Editorial, em princípio, salienta-se que a unidade entre crítica da economia política e elaboração de um programa econômico – elemento basilar da concepção marxista – apareceu nas principais elaborações da esquerda nacional somente de modo tangencial e subliminar. É possível mencionar pensadores de grande valia, como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodr e, Florestan Fernandes e, complementamos, o

próprio Chasin, que foram responsáveis pela elucidação de aspectos notáveis do capitalismo nacional e da configuração econômica dessa formação social. Inobstante, não há neles, no geral, uma unidade consciente, explicitamente elaborada, entre processo imediato de produção, processo de circulação e as figuras do processo global de produção, para que se use a dicção de *O capital* de Marx. Ou seja, o patamar alcançado pelos melhores pensadores da crítica nacional esteve aquém dos clássicos do marxismo e, em especial, daqueles amparados pela teorização sobre a crítica da economia política. Há também autores que abordaram diretamente tal problemática, como Ruy Mauro Marini e os teóricos ligados à teoria marxista da dependência, contudo, em verdade, eles ainda estão sendo resgatados do esquecimento no qual estiveram lançados e ainda há, portanto, que analisar o acerto e o saldo qualitativo de suas análises.

Conseqüentemente, ainda que consideremos os melhores marxistas nacionais, como os citados, as determinações mais basilares do sistema capitalista de produção – abordadas na obra magna de Marx – não puderam ser interrelacionadas cuidadosamente e de modo a se realizar uma leitura da peculiaridade do capitalismo nacional que propiciasse uma unidade sólida entre crítica da economia política, programa econômico e estratégia política.

Ademais, verdadeiramente, os autores mencionados podem até mesmo ter feito parte de agremiações políticas, como o PCB e o PT, mas foram secundarizados nesses partidos, em que, não raro, prevaleciam, respectivamente, teorizações vulgares do marxismo e uma abordagem politicista e eclética da realidade nacional, elaborada pela nata da intelectualidade universitária de esquerda, alocada na Universidade de São Paulo. Assim sendo, os grandes autores do marxismo nacional não ditaram os rumos da perspectiva da esquerda nacional; antes, foram marginalizados por ela. Não é o caso de se realizar o exercício supérfluo e fantasioso de imaginar como a realidade teria sido, caso eles tivessem tido o devido reconhecimento e a devida influência. Há, portanto, uma dimensão intelectual na morte da esquerda no Brasil e ela está vinculada tanto ao caráter não hegemônico das leituras mais interessantes do marxismo nacional quanto ao fato de que essas interpretações foram incapazes de estabelecer a conexão entre programa político e crítica da economia política.

Há algumas razões para tal constatação, que são óbvias, mas, infelizmente, precisam ser assinaladas. A mais basilar diz respeito à impossibilidade de se retirar a

poesia do passado, ainda mais de um passado que não ocorreu. Por conseguinte, nem sequer é desejável tomar como modelo para hoje autores como Lênin, Rosa, Sweezy, Baran e Mandel, em que a unidade entre a crítica da economia política e o desdobramento de posições políticas consequentes é bastante factível.

Como estipulamos, mesmo nos nossos maiores teóricos, a unidade entre a crítica da economia política e o desdobramento de posições políticas consequentes é mais tênue se comparada aos principais pensadores do marxismo mundial e, em função disso, os clássicos do marxismo nacional podem até mesmo oferecer pontos de partida ainda válidos sob aspectos específicos, mas nunca uma concepção suficiente para a apreensão da natureza do capitalismo contemporâneo e das determinações por meio das quais se atua na realidade concreta, seja no nível nacional, seja no internacional.

Antes de tudo o mais, porque, mesmo que tais autores nacionais tivessem fornecido uma leitura impecável do sistema capitalista de produção, do capitalismo brasileiro e do que seria imprescindível para a superação do capitalismo aqui e alhures, os tempos atuais são outros e teorizações como as de Caio Prado Jr., Werneck Sodr e, Florestan Fernandes e Chasin fazem parte de um momento anterior ao que vivemos. Mesmo Chasin, o mais contemporâneo dos pensadores marxistas elencados,   consciente dessa diferença entre as épocas, de que escreve no início de um tempo histórico, sem nos oferecer mais que indica es – a nosso ver, indispensáveis – sobre as raízes da miséria do presente. Ou seja, mesmo os melhores dos nossos antepassados são, como não poderia deixar de ser, parte de um pretérito que, para o bem e para o mal, não pode ser revivido. Como resultado, definitivamente, não estamos munidos da teoriza o necessária para a apreensão do *tempo das crises* e para o ressurgimento da esquerda no horizonte temporal.

Também nesse sentido,   premente destacar que a esquerda, da qual somos parte, está morta. Há, porém, outro sentido em que tal afirmativa – pol mica e provocadora –   real. Trata-se de algo que remete ao direcionamento para a práxis que ainda hoje   retomado e que se destacou justamente nas organiza es políticas da esquerda brasileira: no Brasil atual, de um lado, há certa reavalia o do stalinismo (e, portanto, da vertente mais influente do marxismo vulgar) que vem ganhando espaço na intelectualidade e nos partidos de esquerda; de outro lado, as categorias desenvolvidas pela intelectualidade uspiana e tomadas como parâmetro desde a década de 1960, como as teorias da marginalidade e da dependência e as críticas do

populismo e do autoritarismo (aquilo que Chasin chamou de “quadrúpede teórico”) ainda possuem força no discurso teórico e político à esquerda, chegando, inclusive, a serem operacionalizadas na eleição de 2022. Da mesma forma, o desenvolvimentismo, ou seja, a crença na possibilidade histórica de completar o capitalismo nacional e sustentá-lo de forma autônoma, apresentou-se como tema na ordem do dia nos últimos anos. Ou seja, mesmo os melhores dos nossos antepassados são, como não poderia deixar de ser, parte de um pretérito que, para o bem e para o mal, não pode ser revivido ao passo que, cotidianamente, as perspectivas à esquerda intentam resgatar as fundamentações teóricas que foram dominantes em contraposição aos grandes autores do marxismo nacional e que não puderam animar as massas em um sentido vitorioso, antes ao contrário, as desarmaram em relação ao enfrentamento dos problemas concretos da nossa formação social. Em outros termos, atualmente são reanimadas teorias, como o marxismo vulgar, a analítica paulista e o desenvolvimentismo já historicamente ultrapassado, que não puderam ter vitórias duradouras e efetivas e, em verdade, ainda não as podem ter.

No caso da retomada do stalinismo, internacionalmente, talvez tenha sido Domenico Losurdo um dos principais responsáveis pela reavaliação da figura de Stálin. Em textos com rigor pífio quanto ao uso das fontes históricas e com um tom pouco afeito ao debate teórico dos clássicos do marxismo, o autor italiano acabou por influenciar tanto personagens nacionais de baixíssimo quilate quanto pensadores sérios ligados ao PCB. No último caso, inclusive, foi visível a mudança de tom quanto ao stalinismo – a ideologia do fracasso do socialismo de acumulação, conforme Chasin – por parte de alguns dos principais teóricos do marxismo ligados ao partido. Deixou-se, desse modo, de fazer a crítica de toda uma era que terminou por representar um beco sem saída, dado que seus pressupostos materiais não eram suficientes para construir uma nova sociedade. E, assim, deparamo-nos com uma esquerda que, não só não assume as derrotas do passado, mas procura reavivá-las como se tivessem significado grandes vitórias, cujo sentido ainda nos diz respeito. Na ausência de um horizonte claro para o futuro, o passado dá a tônica e as ilusões agigantam-se, parecendo ser necessário ter algum dogma a que se apegar. A esquerda deixa de rasgar qualquer horizonte e pretende viver de uma representação imaginativa do passado, ao invés de deparar-se criticamente com as suas próprias ilusões. Soma-se a tal ideário sofrível a influência irrisória sobre as massas por parte da esquerda marxista organizada nos partidos políticos (de cuja qualidade teórica não é possível falar aqui):

a resultante é que nos deparamos com um cadáver insepulto, que procura sua poesia no passado derrotado – em que pesem heróis e batalhas memoráveis – do movimento comunista. A necessidade de se apegar a um dogma também expressa não só elementos de não superação do stalinismo; em verdade, transparece que a própria atitude religiosa ainda marca a esquerda, que, com um nominalismo sem igual, parece acreditar que pode reavivar as formações pós-revolucionárias (vistas como socialistas) por meio de uma mudança na narrativa sobre o século XX e ao invocar ritualisticamente expressões e trejeitos típicos da época em que o socialismo de acumulação ainda conquistava o coração das massas. Ao invés de acertar as contas com o passado, identificando as limitações presentes inclusive nos melhores autores e militantes do marxismo, a esquerda nacional (e, em parte internacional) abandona sua autocrítica envergonhada. Ela passa a assumir o dogmatismo orgulhoso daqueles que são incapazes de reconhecer os próprios revezes e atuam como se o mundo se organizasse a partir de suas próprias cabeças. Nesse cenário, o marxismo vulgar revitalizado emerge como uma figura farsesca do marxismo de outrora. Em verdade, a situação é ainda pior, porque, nas mãos dos admiradores tardios de Stálin, está um marxismo carente de qualquer conteúdo que não seja a apologia justamente daquilo que necessita de crítica para que a esquerda e a perspectiva socialista possam ressurgir no horizonte histórico.

A retomada crítica da lei do valor, da necessidade de fenecimento do estado e da supressão do capital são retiradas de cena em favor do orgulho revisionista neostalinista.

Ao lado de tal posição, mas dialogando explicitamente com a perspectiva desenvolvimentista, surge certo elogio do “socialismo de mercado” chinês. Com o apoio de intelectuais militantes como Elias Jabbour, tudo aquilo que foi problematizado (o mercado, o dinheiro, a lei do valor, a persistência do estado e do direito, a oposição cidade-campo e a organização hierarquizada do trabalho na produção) pelos mais perspicazes revolucionários da década de 1920, como Lênin, Pachukanis, Rubin e Preobrazhensky, é naturalizado como parte de um caminho mais adequado ao socialismo.

São raciocínios que, alegando um apego à liberdade supostamente utópico no pensamento de Marx, defendem a alternativa chinesa e o “socialismo de mercado”. É um tipo de releitura objetivando fazer um acerto de contas com o marxismo e com o

socialismo que, ao fim, redundando na apologia do mercado, do valor, do desenvolvimento realizado com empresas estatais e privadas, do controle de fluxos financeiros. Ou seja, tal interpretação é incapaz de realizar o mínimo necessário e, sob a veste da recuperação de um socialismo possível, é mais uma expressão fantasmal da morte da esquerda. A suposta esquerda do século XXI aceita todos os pressupostos da direita e, em verdade, defende o essencial do horizonte do modo de produção capitalista. Também por essa razão, longe de reestabelecer qualquer força da perspectiva de esquerda, ocorre o oposto e as esperanças são alocadas no destino do país que produz substantiva parte do mais-valor disponível na configuração atual do sistema capitalista de produção.

Essas tentativas de reanimar os moribundos são, contudo, marginalizadas na esquerda em nossa época, quando a hegemonia do pensamento socialmente engajado ainda está expressa em uma teoria que remota às décadas de 1950-60, mas que almeja ter robustez e sustentação política a partir da força eleitoral de que ainda dispõe o PT.

Em verdade, o que prevalece é uma perspectiva que nem sequer pretende uma crítica ao capitalismo como tal. Tal abordagem, ligada a uma posição de pseudoesquerda, também expressa a mencionada morte da esquerda, mas não deixa de movimentar aqueles mais envolvidos na conformação defensiva diante dos ataques da direita e da extrema-direita. Em verdade, essa abordagem obteve destaque novamente nas eleições de 2022, em que Lula venceu Bolsonaro com o apoio substantivo de intelectuais e militantes autoproclamados de esquerda. Houve a retomada tímida das teses da marginalidade, do autoritarismo, do populismo e da dependência, além da reposição de posições do desenvolvimentismo, supostamente crente na possibilidade de completar o capitalismo nacional; porém, isso transcorreu sem qualquer proposta de uma política econômica, de modo que a lembrança de Celso Furtado, por exemplo, foi manipulada para mobilizar alguns poucos setores identificados com a esquerda e a pseudoesquerda. Ou seja, o ideário político que foi derrotado no golpe de 1964 e que ressurgiu com uma mistura de tragédia barata e comédia de mau gosto na institucionalização da autocracia burguesa em 1985 e em 1989, agora, deu as caras com tons abertamente farsescos. Sem qualquer programa atinente à indústria e à tecnologia, de inserção do país nas tramas produtivas do capitalismo avançado e com a mera pretensão de gerir o capital atrofado no horizonte de um capitalismo subordinado, as bases da via colonial para o capitalismo parecem

ser repostas diariamente pelo governismo.

Os motes teóricos da década de 1960 e a forma artificial pela qual eles foram trazidos para o final da década de 1980 e para o começo da década de 1990 reaparecem na forma de pastiche e com um cinismo considerável, de tal maneira que não há crítica ao capitalismo como tal, nem à figura subordinada do capitalismo nacional. E, como consequência, persevera uma forma de entificação do capitalismo incompleta e incompletável na medida mesma em que o pensamento social brasileiro é paralisado e se torna uma sombra ofuscada do passado com o qual seria preciso acertar as contas.

Economicamente, a inserção do país no mercado internacional significou o reforço de sua posição de exportador de *commodities*, sendo tanto o “choque de competitividade” dos governos FHC quanto o “neodesenvolvimentismo” dos anos mais engajados do governo Dilma e de Guido Mantega, como demonstrou Cláudio Katz, maneiras de reforçar o agronegócio monopolista e a mineração e, portanto, a produção ligada ao vilipêndio brutal dos recursos naturais, da fauna e da flora nacionais. Desse modo, passou-se longe de superar a via colonial de entificação do capitalismo. Pelo contrário, ela foi reforçada a partir de uma perspectiva supostamente à esquerda e que, ao fim, foi vista como o horizonte último do (neo)desenvolvimento nacional.

Acreditamos que essa talvez seja a derrota mais estrondosa da perspectiva de esquerda no âmbito brasileiro. A posição da pseudoesquerda diante *do tempo das crises* continua sendo invocar as ilusões de outrora, como se nada novo estivesse acontecendo. Com isso, sem qualquer autocrítica, reiteram-se pontos de vista derrotados e desgastados. Dessa maneira, o campo da crítica deixa de ser o da esquerda e o avanço possibilitado pela perda das ilusões não aparece no horizonte, o qual, por seu turno, continua aquele de um futuro ausente. Entretanto, o pior apresenta-se nesse cenário quando as ilusões desgastadas, pueris e passadistas da pseudoesquerda são percebidas claramente pelas massas, as quais, diante de tal situação, preferem o realismo rude e cru daqueles que propagam não haver alternativa ao domínio brutal do capital. Em outras palavras, ainda mais duras, o grande revés da perspectiva de esquerda está no fato de a extrema-direita ter ocupado as ruas, ter se amparando na crítica às ilusões e, do mesmo modo cínico, ter reconhecido as suas derrotas do passado.

O tempo das crises corresponde ao momento em que a perspectiva de esquerda

é mais atual no Brasil. Os horizontes do capitalismo não podem se desenvolver de modo autêntico e, por isso, urge eliminar as ilusões sobre a possibilidade de um caminho para o capitalismo não subordinado ao capital transnacional e à divisão internacional do trabalho. No entanto, um primeiro passo para que a perspectiva de esquerda possa ressurgir encontra-se no reconhecimento da morte da esquerda no mundo, e em solo nacional em específico. Sem isso, as ilusões reproduzem-se, conjuntamente com a recolocação dos pressupostos da reprodução do capital em sua especificidade na via colonial. E, nesse processo, aqueles que professam a perda das ilusões civilizatórias do capital ganham espaço ao defender não a necessidade de supressão do capital, mas da civilização. A barbárie cotidiana ganha espaço e as massas são parcialmente tomadas por um realismo cínico daqueles que só conseguem criticar as ilusões de ontem ao descartar quaisquer perspectivas e horizontes que não sejam inerentemente brutais. Uma grande contradição de nosso tempo é que a perspectiva de esquerda é tão atual quanto está distante da esquerda e, enquanto esta última não conseguir enterrar os mortos, a situação permanecerá dessa maneira. Sob o cadáver insepulto da esquerda, crescem os vermes da extrema-direita, os quais não possuem ilusões, mas também são destituídos de horizontes.

Hoje, enterrar mortos torna-se uma condição para a reorganização da perspectiva de esquerda e para que sejamos mais que grupelhos de diferentes matizes. Enquanto nos mantivermos nessa conformação, não conseguiremos romper horizontes e exercer qualquer influência na consciência das massas populares e o resultado será tanto a expansão da extrema-direita quanto a reprodução diuturna da barbárie cotidiana que procura extirpar tudo o que existe de minimamente civilizado. Restamos como cadáveres insepultos que se alimentam de glórias passadas, as quais, em verdade, nem sequer são tão incontestáveis quanto aparentam ser à primeira vista. E, enquanto o cinismo da extrema-direita avança, mantemos ilusões pueris que somente afastam a perspectiva de esquerda daqueles que vêm sendo afetados diretamente pelo caráter antipopular, autocrático e subordinado do capitalismo de via colonial. Também por isso, a derrota avassaladora da esquerda precisa ser reconhecida com a finalidade de romper o círculo vicioso de uma esquerda iludida, sem base social e socialmente insignificante.

A via colonial de entificação do capitalismo persiste no Brasil de modo claro, inclusive, na medida em que o governismo petista somente faz jogo de cena com a pseudoesquerda, procurando tornar-se um mero gestor do capital atrofico. A gestão

econômica, quase empresarial, do ex-professor e ministro Fernando Haddad, verbalmente remete às categorias desgastadas da analítica paulista e do desenvolvimento. Entretanto, não há qualquer programa econômico em sua gestão tecnocrática e, portanto, inexistem tentativas de realizar reformas minimamente ligadas às aspirações populares.

Não só a pseudoesquerda petista está morta e continua vagando como um cadáver insepulto; sob o pretexto de barrar o avanço da extrema-direita, ela paralisa todas as iniciativas à esquerda e procura implementar o projeto da direita de modo civilizado.

Economicamente, isso efetiva-se afastando o apoio das massas; politicamente, deparamo-nos com as acomodações espúrias e frágeis do chamado presidencialismo de coalização. Ao invés de os autoproclamados representantes da esquerda aproximarem-se de movimentos sociais e da população afetada pela inflação e pelo desalento, em nome da governabilidade e em decorrência da acomodação diante de um capitalismo incompleto e incompletável, vinculam-se ao fisiologismo mais grotesco e tornam-se reféns da gestão supostamente competente do capital atrofico no tempo das crises.

Ademais, além de uma política econômica herdada da direita e do fisiologismo típico de uma esfera pública essencialmente autocrática, o terceiro governo Lula expressa de modo explícito o esgotamento das ilusões bem-intencionadas desenvolvidas pela analítica paulista. Primeiramente, porque o mesmo líder histórico das greves de 1978-80 e político que disputa a presidência desde 1989 ainda figura como o único líder à esquerda com algum respaldo eleitoral contra o avanço da extrema-direita. Em segundo lugar, devido à espiral descendente dos governos petistas, os quais, hoje, somente com muita boa-vontade poderiam remeter a uma gestão “de centro-esquerda” e, também por isso, Lula é um pastiche e uma sombra do que já foi. Por fim, há a impotência petista diante dos golpistas confessos de ontem, com a aproximação entre o governismo e camadas importantes dos militares. A consequência desse cenário é o vampirismo da pseudoesquerda, a qual sobrevive fazendo um jogo de cena quanto ao seu passado supostamente glorioso e se conformando como um parasita de todas as possibilidades do futuro. Enquanto o horizonte colocado contra a extrema-direita tiver essa conformação, o futuro continuará ausente e a barbárie cotidiana ganhará força. Por essas razões, a

republicação de *A miséria brasileira* de J. Chasin pode prestar um serviço importante no presente momento, em que é necessário reconhecer as derrotas da esquerda e extirpar as ilusões. Os textos publicados neste número da *Verinotio*, em torno d'*A miséria brasileira*, buscam aprofundar, problematizar e/ou desenvolver algumas das suas conclusões, de maneira que também eles apresentam uma oportunidade para refletir sobre os dilemas deste *tempo de crises* e contribuir para abrir horizontes à poesia do futuro.

Belo Horizonte, maio de 2025